

AS COMISSÕES DE HETEROIDENTIFICAÇÃO PARA NEGROS(AS) NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: PRÁTICAS, LIMITES E DESAFIOS

Cintia Abrunhosa Pinto Sada¹

RESUMO

As bancas de heteroidentificação para negros (pretos e pardos), implementadas como instrumento da política de ação afirmativa nas universidades públicas, surgem diante da necessidade de comprovação da condição de beneficiário das cotas raciais. Uma vez que a autodeclaração definida no art. 3º da Lei 12.711/2012, não deve ser utilizada como mecanismo exclusivo para para essa condição. Seu principal objetivo, como ferramenta complementar de verificação ou validação para comprovação da autodeclaração, é evitar certas injustiças, incluindo nesse sentido o oportunismo de pessoas brancas que tentam ultrapassar a linha da cor. Dentro desse contexto, esse estudo se propõe analisar, à luz das legislações em vigor, a gestão das comissões de heteroidentificação nas universidades federais, incluindo nesse viés, as metodologias de avaliação e validação utilizadas pelas comissões, o desenvolvimento de ferramentas para evitar fraudes e os resultados obtidos a partir de suas práticas. Como suporte teórico, recorro aos estudos de Adilson Pereira dos Santos (2018), Ahyas Siss (2003), Fúlvia Rosemberg (2004), Rafael Guerreiro Osório (2013), entre outros que dialogam com a questão da identificação étnico-racial na prática, inserindo em seu cotidiano o mercado matrimonial, acesso ao emprego, reconhecimento criminal e ações afirmativas. Espera-se ao final da pesquisa contribuir para a produção do conhecimento e fortalecer o trabalho das comissões de heteroidentificação engajadas no combate às fraudes nas universidades públicas.

Palavras-chave: Ação Afirmativa, autodeclaração, heteroidentificação, fraudes.

¹Doutoranda em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares -PPGeduc/UFRRJ. Mestra em Patrimônio, Cultura e Sociedade – PPGPACS/UFRRJ. Especialização em Educação a Distância e História da África e as Diáspora Atlântica – IPN. Graduada em Letras.

